



MINISTÉRIO PÚBLICO DE SANTA CATARINA
13ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE JOINVILLE

Inquérito Civil n. 06.2022.00000012-7

**TERMO DE COMPROMISSO DE
AJUSTAMENTO DE CONDUTA**

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA, representado neste ato pela Promotora de Justiça Elaine Rita Auerbach, titular da 13ª Promotoria de Justiça da Comarca de Joinville, designada **COMPROMITENTE**, e **RANCHO BAR SOCIETY MOTO CLUBE**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ n. 41.314.307/0001-44, situado à rua Anna Martins Souza, n. 259, bairro Jarivatuba, CEP: 89230-208, na cidade de Joinville/SC, representada neste ato por **Zildo Bertollo** e **Alessandra Conti Bertollo**, inscritos no CPF n. 065.682.949-42 e 014.204.149-17, respectivamente, doravante denominados **COMPROMISSÁRIOS**;

CONSIDERANDO que incumbe ao Ministério Público a proteção da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis (art. 127, da Constituição da República Federativa do Brasil – CRFB/88), aí incluída a defesa dos interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos (art. 129, inciso IX, da CRFB/88 e arts. 81 e 82, inciso I, da Lei Federal n. 8.078/90 – Código de Defesa do Consumidor – CDC);

CONSIDERANDO as funções institucionais do Ministério Público previstas na Lei n. 8.625/93 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público) e na Lei Complementar Estadual n. 738/19 (Lei Orgânica do Ministério Público de Santa Catarina);

CONSIDERANDO que o art. 5º, inciso XXXII, da CRFB/88 impõe que “o Estado promoverá, na forma da lei, a defesa do consumidor” e que o art. 170 determina que “a ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados os seguintes princípios (...) V – defesa do consumidor”;

CONSIDERANDO ser direito básico do consumidor a proteção de sua vida, saúde e segurança contra os riscos provocados por práticas no fornecimento de produtos e serviços considerados perigosos ou nocivos (art. 6º, inciso I, do CDC);

CONSIDERANDO que os produtos e serviços colocados no mercado de consumo não poderão acarretar riscos à saúde ou segurança dos consumidores, exceto os considerados normais e previsíveis em decorrência de sua natureza e fruição, obrigando-se os fornecedores, em qualquer hipótese, a dar as informações necessárias e adequadas a seu respeito (art. 8º, do CDC);

CONSIDERANDO que o fornecedor não poderá colocar no mercado de consumo produto que sabe ou deveria saber apresentar alto grau de nocividade ou periculosidade à saúde ou segurança, bem como produto em desacordo com as normas expedidas pelos órgãos oficiais competentes (arts. 10 e 39, inciso VIII, ambos do CDC);



MINISTÉRIO PÚBLICO DE SANTA CATARINA
13ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE JOINVILLE

CONSIDERANDO que são impróprios ao consumo os produtos nocivos à vida ou à saúde, os produtos que estejam com prazo de validade vencido ou inadequados ao fim que se destinam, assim como aqueles em desacordo com as normas regulamentares de fabricação, distribuição ou apresentação (art. 18, § 6º, do CDC);

CONSIDERANDO que a licença sanitária é obrigatória para as empresas que trabalham com saúde, incluindo-se os estabelecimentos relacionados à alimentação, sendo eles restaurantes, padarias, bares e lanchonetes;

CONSIDERANDO que o Auto de Vistoria Policial n. 4572, lavrado em 13 de outubro de 2021, constatou no estabelecimento comercial **RANCHO BAR SOCIETY MOTO CLUBE**, situado à rua Anna Martins Souza, n. 259, bairro Jarivatuba, CEP: 89230-208, neste município de Joinville/SC, diversas irregularidades sanitárias, a saber: (i) oferta de produtos alimentícios impróprios ao consumo, inclusive bebidas alcoólicas, pois desprovidos de rotulagem, dos quais destaca-se a reutilização de embalagens de refrigerante para fins de comercialização de bebida alcoólica; (ii) presença de sujidades, desorganização dos ambientes, armazenamento de lixo reciclável e circulação de animais domésticos no interior do estabelecimento (cães e galinhas); e (iii) ausência de alvará sanitário (fls. 6/20);

CONSIDERANDO que em vistoria realizada pela Vigilância Sanitária Municipal, no dia 25 de outubro de 2021, o estabelecimento comercial **RANCHO BAR SOCIETY MOTO CLUBE** foi intimado a providenciar alvará sanitário para as atividades de bar e quadra de futebol; organização geral da área física do local; manutenção dos sanitários, higienização diária; e retirada de produtos clandestinos da área de comercialização do bar – Auto de Intimação n. 07741 (fls. 41/42);

CONSIDERANDO que o estabelecimento comercial **RANCHO BAR SOCIETY MOTO CLUBE**, no dia 20 de novembro de 2021, foi interditado por não ter atendido as exigências do órgão municipal sanitário – Auto de Intimação n. 04607 (fls. 55/58);

CONSIDERANDO que, em 4 de dezembro de 2021, a Vigilância Sanitária retornou ao local e verificou que, **mesmo interditado, o estabelecimento comercial RANCHO BAR SOCIETY MOTO CLUBE estava em pleno funcionamento, descumprindo novamente determinação da autoridade sanitária** (fls. 67/68);

CONSIDERANDO que os COMPROMISSÁRIOS demonstraram interesse na formalização de Termo de Ajustamento de Conduta;

RESOLVEM:

Celebrar o presente **COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA**, com fulcro no artigo 5º, § 6º da Lei n. 7.347, de 24 de julho de 1985, mediante os seguintes TERMOS:



MINISTÉRIO PÚBLICO DE SANTA CATARINA
13ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE JOINVILLE

DAS OBRIGAÇÕES DE FAZER E NÃO FAZER

Cláusula 1ª - Os **COMPROMISSÁRIOS** assumem a obrigação de comercializarem somente mercadorias em conformidade com a legislação federal, estadual e municipal vigentes, principalmente a não venderem produtos desprovidos de rotulagem¹;

Cláusula 2ª - Os **COMPROMISSÁRIOS** comprometem-se a solicitar alvará sanitário para as atividades de bar e quadra de futebol, perante a Vigilância Sanitária do Município de Joinville, no prazo de 10 (dez) dias úteis após a assinatura deste acordo, exercendo apenas as atividades empresariais permitidas na licença concedida;

Parágrafo Primeiro - Os **COMPROMISSÁRIOS** obrigam-se a encaminhar cópia do protocolo registrado no órgão municipal sanitário a esta Promotoria de Justiça, pessoalmente, por WhatsApp (47) 99130-2582 ou pelo *e-mail*: joinville13pj@mpsc.mp.br, independentemente de notificação ou aviso prévio, devendo, quando for o caso, por iniciativa própria, apresentarem imediatamente e de forma documentada eventual justificativa para o não cumprimento do acordo;

Parágrafo Segundo - Após a obtenção do alvará sanitário, os **COMPROMISSÁRIOS** comprometem-se a afixa-lo em local visível ao público;

Cláusula 3ª - Os **COMPROMISSÁRIOS** comprometem-se a manter o estabelecimento comercial em excelentes condições de limpeza e higiene;

DA MEDIDA COMPENSATÓRIA

Cláusula 4ª - Pelos riscos a que ficaram expostos os consumidores da Comarca de Joinville e região, decorrentes da comercialização de produtos alimentícios impróprios ao consumo, da falta de higienização do estabelecimento, da ausência de alvará sanitário e do descumprimento da medida cautelar de interdição, os **COMPROMISSÁRIOS** assumem a obrigação de pagar em prol do Fundo para Reconstituição de Bens Lesados do Estado de Santa Catarina (FRBL), criado pela Lei Estadual n. 15.694/2011 e regulamentado pelo Decreto Estadual n. 808/12, a MEDIDA COMPENSATÓRIA no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), parcelado em 10 (dez) prestações iguais, mensais e sucessivas;

Parágrafo Único - A comprovação desta obrigação deverá ocorrer mensalmente, por meio da apresentação de comprovante de pagamento a esta Promotoria de Justiça, pessoalmente, por WhatsApp (47) 99130-2582 ou pelo *e-mail*: joinville13pj@mpsc.mp.br, até 3 (três) dias após a data do vencimento de cada parcela, independentemente de notificação ou aviso prévio, devendo, quando for o caso, por iniciativa própria, apresentarem imediatamente e de forma documentada eventual justificativa para o não cumprimento do acordo;

DAS OBRIGAÇÕES DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Cláusula 5ª - O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA

¹ Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 259 de 20/09/2002 - ANVISA. Aprova o Regulamento Técnico sobre Rotulagem de Alimentos Embalados.



MINISTÉRIO PÚBLICO DE SANTA CATARINA
13ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE JOINVILLE

CATARINA não adotará qualquer medida judicial de cunho civil contra os **COMPROMISSÁRIOS**, no que diz respeito aos itens acordados, caso este ajuste de condutas seja integralmente cumprido;

DO EVENTUAL DESCUMPRIMENTO DO ACORDO

Cláusula 6ª - Os **COMPROMISSÁRIOS** ficam sujeitos ao pagamento de multa cominatória e diária no valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais) ao Fundo para a Reconstituição de Bens Lesados do Estado de Santa Catarina (FRBL), se constatado o descumprimento ou violação de qualquer dos compromissos assumidos;

Parágrafo Primeiro - A multa cominatória fixada é cumulativa e incidirá tantas vezes quantas forem as obrigações descumpridas;

DECLARAÇÃO DE ACEITE

Cláusula 7ª - Os **COMPROMISSÁRIOS** aceitam o presente acordo de livre e espontânea vontade e, por estarem concordes, firmam as partes o presente instrumento, com valor jurídico, que terá eficácia de título executivo extrajudicial;

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Cláusula 8ª - As partes elegem o foro da Comarca de Joinville/SC para dirimir eventuais controvérsias decorrentes do presente Termo;

Cláusula 9ª - O presente compromisso entrará em vigor a partir da data da sua assinatura.

Assim, justos e acertados, para que surta seus jurídicos e legais efeitos, firmam as partes o presente termo de compromisso, com eficácia de título executivo extrajudicial e que será submetido à análise do Egrégio Conselho Superior do Ministério Público, medida que não constitui condição para sua imediata eficácia, na forma do Ato n. 395/2018/PGJ.

Joinville, 15 de agosto de 2022.

Elaine Rita Auerbach
Promotora de Justiça
Compromitente

Zildo Bertollo
CPF n. 065.682.949-42
Compromissário

Alessandra Conti Bertollo
CPF n. 014.204.149-17
Compromissária